

CENÁRIOS DE RECOMPOSIÇÃO DO PESO ECONÔMICO DO PARANÁ NO BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Batista Martins
Diagramação

Estelita Sandra de Matias
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

INTRODUÇÃO

O presente texto busca encaminhar uma discussão a respeito das fontes de retração da pujança da economia paranaense na década de 2000, sob a ótica da contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e das saídas para a inversão do processo, à luz de uma sistematização e descrição histórica, mesmo que de maneira breve e superficial, das distintas correntes de desempenho da renda no Estado.

Na verdade, a compreensão adequada da diminuição da fatia reservada ao Paraná no bolo econômico brasileiro, principalmente entre 2004 e 2010, e a identificação de itens propulsores de um movimento de renovação da capacidade de ampliação do peso do resultado do esforço produtivo local no cômputo nacional, impõem a feitura e apreciação de uma retrospectiva temporal da evolução da participação do montante de produto estadual no País.

1 DO EXTRATIVISMO AO CAFÉ

O primeiro registro ou estágio de impulsão do Paraná na constituição da renda agregada brasileira foi observado nos decênios de 1940 e 1950. A fração do Estado no PIB do País passou de 2,89% em 1939 para 4,90% em 1950 e 6,42% em 1960 (tabela 1).

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
DO BRASIL - 1939/2010

ANO/PERÍODO	PARTICIPAÇÃO (%)
1939	2,89
1947	3,83
1950	4,90
1955	5,68
1960	6,42
1965	6,48
1969	6,82
1970	5,48
1975	6,81
1976-1979	6,37
1980	6,59
1981-1984	6,42
1985	5,92
1986-1989	6,03
1990	6,35
1991-1994	5,94
1995	5,94
1996-1999	6,19
2000	5,99
2001	5,87
2002	5,98
2003	6,44
2004	6,31
2001-2004	6,20
2005	5,90
2006-2009	5,92
2010	6,00

FONTES: IBRE/FGV, IPARDES

Naquele lapso, houve a transição da economia extrativa do mate e da madeira para as atividades primário-exportadoras, capitaneadas pela cafeicultura, a mais robusta do País e a base da industrialização por substituição de importações brasileira, concentrada em São Paulo, desde a Grande Depressão dos anos 1930.

A literatura especializada sublinha que o episódio da passagem do extrativismo para o café teria sido responsável por uma mudança qualitativa no estilo de crescimento regional, que se livrou da natureza de economia periférica de classe inferior, dependente dos patamares de renda e demanda das nações sul-americanas, e passou a estabelecer nexos comerciais com o mundo capitalista avançado. Na visão de Magalhães Filho, o mate e a madeira traduziam “uma economia primário-exportadora de segunda ordem, ou seja, seus mercados eram outras economias primário-exportadoras e não os países industrializados”¹.

Recorde-se que esse movimento exprimiu o segundo momento de expansão da cadeia da cafeicultura no Estado, na região do Norte Novo, fruto dos estímulos advindos da conjugação entre a construção

¹ MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.82, p.7, maio/ago.1994.

da Estrada de Ferro Central do Paraná e a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que propiciou a ocupação e demarcação do território e a criação de cidades à margem das estações de trem, desde Ourinhos, em São Paulo, até Londrina, Maringá e Cianorte, no Paraná.

A rigor, a entrada do café no Estado se deu como desdobramento dos incentivos do Acordo de Taubaté (assinado em 1906 pelo governo federal), como um autêntico extravasamento da economia paulista na direção do Vale do Itararé e alcançando o Norte Velho do Paraná, especialmente a região polarizada por Santo Antônio da Platina.

2 O CHOQUE INFRAESTRUTURAL DOS ANOS 1960

Ao final do decênio de 1950, uma criteriosa avaliação feita por técnicos integrantes do PLADEP² denunciava o quadro de debilidade da economia local, frente à queda da renda derivada das geadas de 1953 e 1955, à crescente demanda por serviços públicos, nas regiões recém-ocupadas, e à preocupação com a preservação da integridade territorial e identidade regional, despertada pela eclosão de movimentos para a criação do Estado do Paranapanema.

Até porque, era flagrante a ausência das chamadas economias externas, essenciais para o rompimento da condição de desarticulação do Paraná com o resto do Brasil e com ele mesmo. Cumpre lembrar que o País alcançava o apogeu do paradigma da industrialização substitutiva de importações, no transcorrer da implantação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1960, tendo como suporte financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Nitidamente, percebia-se a existência de três Paranás, com ligações econômicas extremamente frágeis, dada a precariedade da infraestrutura de transportes. O primeiro deles englobava as regiões tradicionais, polarizadas pelo eixo Curitiba-Paranaguá, dedicadas ao extrativismo e à pecuária extensiva. O segundo extrato abarcava o Sudoeste, especializado em uma incipiente agricultura de subsistência, desenvolvida por produtores gaúchos e catarinenses, com diminuto grau de articulação comercial, por se depararem com as barreiras para escoamento das safras. O terceiro pedaço era constituído pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e prejudicado pela deterioração dos preços externos dos produtos primários.

O diagnóstico e parcela das sugestões de intervenções contidas no PLADEP foram encampados pelo governo Nei Braga, em 1961, e intensificadas pelo seu sucessor, Paulo Pimentel, a partir de 1965. Mais precisamente, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, instituído em 1962 como braço financeiro da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) – transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), com a reforma financeira de 1967 –, permitiram a construção do capital social básico necessário à articulação do Estado, internamente e com o restante do Brasil e do mundo, e a viabilização de um processo de modernização e diversificação da sua base produtiva.

O FDE, formado por um adicional restituível equivalente a aproximadamente 1/3 da receita do Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações (IVC), transformado em Imposto sobre Circulação de

² PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. **Análise da economia paranaense**. S.l.: PLADEP, 1961. 163p. (Estudo, 40).

Mercadorias (ICM) pela reforma tributária de 1966, representou, na prática, um orçamento paralelo para a efetivação de dispêndios correntes e investimentos públicos e a provisão de crédito subsidiado ao setor privado, em áreas prioritárias, desprovido das intrincadas interferências de cunho político, frequentemente presentes quando da negociação e definição da alocação de haveres em projetos de interesse público de grande envergadura.

Como resultado, verificaram-se a substancial ampliação da oferta de energia elétrica – por meio da deflagração dos projetos de usinas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), fundada nos anos 1950, durante a gestão do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, e das Centrais Elétricas do Sul (ELETROSUL) –, a implantação de ferrovias e rodovias, tendo como ícones a Estrada de Ferro Central do Paraná e a via do café, a adequação do Porto de Paranaguá, a construção de uma rede de armazenagem pública e a modernização das telecomunicações.

Em paralelo, foi ampliada a retaguarda de amparo financeiro aos empreendimentos públicos e privados, através da adequação das ações do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), encarregado, desde 1961, do aporte de capital de empréstimos predominantemente para os investimentos do segmento cooperativista.

Sem contar a replicação das atividades do Banco do Brasil (BB) no provimento de crédito rural para o plantio, custeio e comercialização das lavouras permanentes, principalmente o café, e temporárias, sobretudo aquelas lançadas sob a égide do modelo de industrialização da agricultura, centrado no binômio soja e trigo, na esteira da reforma do crédito agrícola, ocorrida em fins dos anos 1960.

O acerto das táticas empregadas, com um reconhecido retardo temporal de uma década (enquanto o BNDE foi criado em 1952, durante o governo Vargas, a CODEPAR, embrião do BADEP, nasceu em 1962), pode ser comprovado pela subida da contribuição do Paraná no PIB brasileiro de 6,42%, em 1960, para 6,82%, em 1969.

Entretanto, a extinção dos subsídios ao café, a partir do ano agrícola de 1966/1967, impedindo os reparos dos prejuízos incorridos com a geada de 1965, a proibição de aplicação de empréstimos compulsórios estaduais, pela Constituição de 1967, interrompendo a principal fonte de recursos do FDE, e o aprofundamento da concentração de poderes junto à União, como desdobramento do golpe militar de março de 1964, magnificado com as eleições indiretas para os governos estaduais, implicou apreciável recuo da performance econômica paranaense.

Isso justifica o encolhimento da participação no PIB do País de 6,82%, em 1969, para 5,48%, em 1970, já retratando plenamente as consequências negativas da retirada do café (lavoura com maturação em três anos) do elenco de culturas incentivadas pela gestão agrícola federal.

Não obstante, estavam plantadas as raízes para a ocorrência de alterações radicais na fisionomia produtiva do Paraná, mesmo em um contexto de autoritarismo político, legitimando um pacto hegemônico direcionado à multiplicação dos ganhos do grande capital, à ampliação da concentração de renda e à exclusão social.

3 A METAMORFOSE DA DÉCADA DE 1970

A enorme capacidade de resposta do setor rural estadual aos incentivos modernizantes contidos na estratégia agrícola pós 1966 e a intervenção estatal dos anos 1960 constituíram os pilares produtivos, infraestrutural e financeiro para o encaixe do Paraná no ciclo ascendente vivido pelo País entre 1968 e 1973, época do Milagre Econômico, notadamente depois de 1970, quando, exaurida a capacidade ociosa acumulada na recessão experimentada no intervalo 1962-1967, houve a impulsão da taxa de investimento no Brasil.

O Paraná contabilizou acentuado dinamismo e diversificação econômica no decênio de 1970. Na primeira parte da década, houve pronunciada modernização agrícola e agroindustrial, centrada em mudanças nas bases técnicas de funcionamento, com a introdução da soja e do trigo e do parque fabril a montante e a jusante, sendo este dominado por companhias multinacionais instaladas notadamente no entroncamento rodoferroviário da região de Ponta Grossa, com destaque para Sanbra, Cargill, Anderson Clayton e Bunge (Moinho Santista).

Houve também o alargamento do polo cerâmico e a implantação do complexo cimenteiro, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), incitados pela multiplicação da movimentação da construção civil, em face, de um lado, da exacerbação do dinamismo da construção pesada, vinculada à demanda do setor público, e, de outro, da ampliação dos recursos destinados ao crédito imobiliário, favorecida pelo incremento das bases dos haveres institucionais, acoplados ao emprego e à renda, particularmente as cadernetas de poupança e o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Assim, o peso do PIB do Paraná no Brasil passou de 5,48%, em 1970, para 6,81%, em 1975.

Já, na segunda metade do decênio, observou-se a sofisticação dos ramos tradicionais da madeira (com a diminuição da importância dos itens ligados ao desdobramento e o acréscimo das unidades de compensado e aglomerado) e de papel e celulose, este ligado ao programa de autossuficiência orquestrado pela administração federal, dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Notou-se também o prosseguimento da diversificação do agronegócio, com ênfase para as cadeias de soja, café, laticínios, rações e frigoríficos, ao lado da execução de uma vigorosa programação de obras dos ramais rodoviários alimentadores das estradas federais.

Todavia, o episódio mais saliente do intervalo 1975-1978 foi a mutação do perfil econômico provocada pela consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a instalação da Refinaria de Petróleo de Araucária, na RMC. A CIC foi obra do consistente trabalho feito pelo BADEP (incluindo a oferta de integralização acionária de parte do capital) na captação de recursos de grandes corporações de origem estrangeira – New Holland, Phillip Morris, Robert Bosch, Bernard Krone, Pfaff, Furukawa, Siemens, Trützchler, Volvo, Giben, Maclinea, Omark, dentre outras –, que buscavam locais alternativos para a hospedagem de suas fábricas, em razão dos efeitos depressivos do I choque do petróleo de 1973 nas economias centrais.

Igualmente relevante, em caráter de reforço decisivo, emergiu o competente exercício de pressão política levado a cabo por paranaenses, colocados em postos estratégicos da administração federal, visando à quebra de reservas de mercado e à desobstrução de bloqueios técnicos e políticos à aprovação de pleitos de interesse do Estado.

Tais episódios se davam nos comitês das instâncias gestoras dos estímulos fiscais e financeiros à fixação de plantas produtivas nas unidades federativas de industrialização retardatária, essencialmente no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), e no Programa de Benefícios Fiscais às Exportações (BEFLEX), em consonância com os objetivos de desconcentração do parque manufatureiro da Grande São Paulo, contidos no II PND.

O êxito das negociações para a concretização dos investimentos da PETROBRAS, em Araucária, e da montadora sueca Volvo na CIC, ilustra a influência das gestões políticas quando das disputas por empreendimentos-âncora pelos estados de industrialização tardia.

No caso da PETROBRAS, a definição do Paraná como opção locacional aconteceu após extenuantes contendas travadas entre os três governadores do Sul, mediados pelo presidente Geisel. As discussões se encerraram quando o executivo federal delineou os contornos da indução oficial ao crescimento econômico do Centro-Sul.

Ficou esclarecido que a elevação do potencial produtivo e a modernização regional estariam apoiadas na implantação e consolidação do polo petroquímico no Rio Grande do Sul, no parque siderúrgico em Santa Catarina e na refinaria de petróleo e CIC no Paraná. Tal decisão atropelou algumas investigações de viabilidade que apontavam o Paraná como a alternativa mais adequada para sediar o polo petroquímico.

Com respeito à Volvo, a preferência pelo Paraná exigiu gradual derrubada de barreiras técnicas e políticas. Em outros termos, havia necessidade de eliminação do oligopólio da Scania e da Mercedes Benz – que impedia a entrada de concorrentes no mercado brasileiro de veículos pesados – e de reversão do interesse do grupo sueco em instalar uma planta no Rio Grande do Sul, fora do eixo saturado do Sudeste.

Por essas condições, coube ao Paraná agir politicamente, no interior da burocracia do CDI, para conseguir, na sequência, a aprovação do projeto Volvo-Brasil e o veto à localização no Rio Grande do Sul. Adicionalmente, o Estado ofereceu aporte de capital de 49% do investimento inicial com recursos do FDE/BADEP.

O aparentemente paradoxal recuo da contribuição do Paraná no PIB brasileiro, de 6,81%, em 1975, para 6,59%, em 1980, encontra explicação na insuficiência de mercado para a colocação da produção resultante da maturação dos investimentos realizados. Isso porque, houve a reprodução regional da desaceleração da economia brasileira, como forma de ajuste ao cenário de quadruplicação dos preços do petróleo, verificado em setembro de 1973, com o aparecimento do conflito no Oriente Médio, protagonizado por judeus e árabes.

4 O PARANÁ NO DECÊNIO PERDIDO DE 1980

Na década de 1980, a tendência de avanço do Paraná no produto nacional sofreu notável interrupção, em decorrência da conjuntura de crise macroeconômica atravessada pelo País, reflexo da falência do Estado brasileiro, da cessação dos fluxos financeiros externos, especialmente depois da moratória mexicana de 1982, dos recorrentes panoramas recessivos, e da hiperinflação. Em simultâneo, houve o enfraquecimento do autoritarismo político, reforçado pela vitória das oposições no pleito de 1982, e o acirramento das cobranças de pagamento da dívida social acumulada por décadas.

No Paraná, a despeito da contaminação produtiva pela instabilidade nacional, denotaram-se lampejos expansivos, conduzidos pelo amadurecimento dos ramos ligados ao PROÁLCOOL, criado em 1975 como alternativa potencial à dependência externa dos combustíveis fósseis, e por segmentos menos sensíveis à política monetária e fiscal contracionista do governo Figueiredo.

Houve incremento dos patamares de atividade, mesmo que em velocidade incomparavelmente menor que a dos anos 1970, nas indústrias de bens saláris, como fiação de algodão, com expansão das cooperativas financiadas com haveres de programa específico do BADEP; subprodutos do milho; carnes, com o surgimento da avicultura integrada a grupos de porte nacional e internacional; e malte, consequência de acordo de suprimento selado entre a cooperativa Agrária do distrito de Entre Rios, na região de Guarapuava, e o oligopólio das cervejas.

Testemunhou-se também a maturação plena de vultosos investimentos realizados por empresas modernas ou novas, em fins dos anos 1970 e começo dos 1980 – desdobrados em unidades de papel de imprensa (Inpacel, Pisa e Klabin), cigarros (Phillip Morris), micro e minicomputadores (Sid Informática), fertilizantes nitrogenados (Ultrafertil) e ônibus e caminhões (Volvo) –, o salto na produtividade agrícola, oportunizado pela implantação de programas de plantio direto e de manejo integrado e conservação dos solos, e os efeitos do Plano Cruzado, lançado em 1986, na fabricação de refrigeradores e *freezers* e produtos siderúrgicos.

Foram marcantes ainda as aplicações em infraestrutura, em especial o início da construção da usina hidrelétrica de Salto Segredo e as obras de duplicação do trecho Curitiba-Ponta Grossa da rodovia do Café (BR 376) e da PR 444 entre Araçongas e Mandaguari, no eixo Londrina-Maringá, e a ligação Maringá-Foz do Iguaçu (Maringá-Campo Mourão-Cascavel), PR 317, BR 158, BR 369 e BR 277.

Nessas circunstâncias, a diminuição da participação do Paraná no PIB do Brasil de 6,59%, em 1980, para 5,92%, em 1985, refletiu a transposição imediata da recessão nacional, produzida de maneira deliberada, para a viabilização dos objetivos da política econômica. Estes poderiam ser resumidos na transferência líquida de recursos reais ao exterior, para pagamento do serviço da dívida externa, contraída a juros variáveis para bancar os projetos do II PND e multiplicada pelo choque do petróleo e dos juros, que atingiu o mundo em 1979.

A recuperação parcial daquela contribuição de 5,92%, em 1985, para 6,35%, em 1990, repousou na performance de uma estrutura produtiva estadual diferenciada do padrão brasileiro, concentrada nos elos da cadeia do agronegócio, o que configuraria desvantagem nos termos de intercâmbio ou preços relativos, especialmente quando confrontada com o eixo dinâmico da economia nacional, sediado no sudeste e liderado pela fabricação de bens de consumo duráveis e de capital, detentores de maior poder de agregação de valor.

5 A PASSAGEM PARA A GLOBALIZAÇÃO E A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÉCADA DE 1990

Desde o começo dos anos 1990, a base produtiva estadual passou a exibir enorme capacidade de sincronização com algumas modificações estruturais e espaciais verificadas no País. Pela ótica estrutural, destacaram-se o aprofundamento da abertura comercial, os rearranjos técnico-produtivo-

gerenciais das empresas, sobretudo privadas, a formação e a tentativa de consolidação do MERCOSUL, e a estabilidade monetária, que ampliou o horizonte temporal para o exercício de tomada de decisões dos agentes sociais.

Do ângulo geográfico, sobressaiu a rearrumação inter-regional da corrente de novos investimentos produtivos no território brasileiro, particularmente o deslocamento do crescimento do agronegócio do Centro-Sul no sentido das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a implantação do polo automotivo do Nordeste, viabilizada por um coquetel de renúncias fiscais federais e estaduais, e o retorno dos movimentos de desconcentração da indústria do Sudeste em direção às cidades de porte médio e grande do Centro-Sul do País, próximas de São Paulo e do MERCOSUL, dotadas de infraestrutura adequada e com grande potencial nas áreas de ciência e tecnologia e qualificação de mão de obra.

Na realidade, no primeiro quinquênio da década de 1990, conhecido como travessia para a globalização, o Paraná acusou os golpes desferidos pela conjuntura depressiva, ocasionada pelo enorme confisco de ativos financeiros promovido pelo governo Collor para a derrubada (sem êxito) da superinflação inercial.

Aqueles embaraços foram agudizados pela compressão da renda agrícola, em função da forte estiagem, que assolou o Centro-Sul do País na safra 1990-1991, e da situação de elevado endividamento dos produtores rurais, potencializada pela aplicação da Taxa Referencial de Juros (TR), criada em 1991 para funcionar como um índice de correção monetária, típico de dupla cobrança de encargos financeiros.

A par disso, o Estado usufruiu das vantagens propiciadas pela reestruturação das técnicas de gestão e dos métodos de produção, introduzida pelo setor privado, para adequação ao ambiente de alteração do marco institucional do País, ancorado na abrupta abertura à concorrência externa, através do rebaixamento das alíquotas de importações, e no prosseguimento das privatizações.

É correto sublinhar também a efetivação da adequação do Paraná às correntes de comércio e de inversões, abertas com a instituição do MERCOSUL, a partir de 1991, e a priorização do vetor infraestrutural, que enfeixou a reparação e conservação de rodovias estaduais, a conclusão das obras de Segredo, a duplicação da BR 376, no trecho entre Curitiba e Garuva, a reativação da construção da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, o término do trecho da Ferroeste, entre Cascavel e Guarapuava, e o início das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, concluída em 1998.

Mas, a interferência conjunta da recessão entre 1990 e 1992 e da abertura indiscriminada gerou um saldo líquido negativo, atestado pela compressão da contribuição do Estado no PIB nacional de 6,35%, em 1990, para 5,94%, em 1995. A abertura veio em continuidade ao evento iniciado ainda no governo Sarney, em fins de 1988 – em represália à aprovação de uma Carta Magna supostamente protecionista pelo Congresso Nacional, sem a âncora de uma criteriosa e consistente política industrial, com *timing* e apoio financeiro compatíveis com os requisitos para a preparação dos segmentos mais sensíveis, protegidos durante o meio século de existência do modelo de substituição de importações.

Cabe ressaltar que, em 1995, o Paraná amargou nova retração da renda agrícola, ocasionada pelos efeitos da seca, que atingiu a safra de grãos, plantada em 1994 e colhida e comercializada em 1995, e pela redução da competitividade das exportações associada à valorização cambial. Esse fenômeno ficou conhecido como a âncora verde do Plano Real.

Na segunda metade dos anos 1990, o Estado se integrou ao curso ascendente do investimento privado trilhado pelo Brasil, imputado à consolidação da estabilidade monetária e da liberalização comercial e financeira, tirando proveito dos trunfos derivados da excelência infraestrutural, da qualidade e reduzida organização da mão de obra, da localização privilegiada em relação aos principais mercados do País e do MERCOSUL, e da possibilidade de participação ativa na guerra fiscal, via dilação do prazo de recolhimento do ICMS, permitida pelo Programa Paraná Mais Empregos.

Esta fase positiva teve como carros-chefes a atração da segunda onda de unidades da indústria automobilística³, incluindo montadoras e fornecedores mundiais, a fortificação do parque madeireiro e de papel e celulose e a verticalização do agronegócio, puxada pelas cooperativas e por grandes grupos privados nacionais, em um clima de proliferação da busca de alargamento das escalas técnicas, facilitada pela interpenetração patrimonial ensejada pelas fusões e aquisições.

Como a administração excessivamente monetarista do real representou permanente freio à expansão mais enorpada dos níveis de atividade, aqueles ativos só se materializaram na primeira década do presente século – pois a parcela do Paraná na renda nacional cresceu de 5,94%, em 1995, para 5,99%, em 2000 –, em conexão com a etapa de maior crescimento do comércio internacional desde a 2ª Guerra Mundial.

6 DO CICLO VIRTUOSO À REGRESSÃO NOS ANOS 2000

O comportamento virtuoso da economia estadual atingiu o pico no biênio 2003-2004, quando a fatia do Paraná no PIB do Brasil marcou 6,44% e 6,31%, respectivamente, beneficiado pelas cotações recordes das *commodities* e pela inserção externa das atividades recém-atraídas e/ou submetidas a um choque de modernização, forçado pela premência na diversificação dos mercados de destino das exportações e pela sofisticação do grau de exigências e especificações das demandas de fora.

Isso pode ser comprovado pela ocorrência de acentuadas transformações estruturais na pauta exportadora do Estado, mediante a ampliação da participação de material de transporte, carnes e açúcar e o encurtamento do complexo soja, no valor total das vendas externas (tabela 2).

TABELA 2 - PARANÁ - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - 1997/2004/2009-2010

GRUPO DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO (%)			
	1997	2004	2009	2010
Complexo soja	49,5	31,4	29,0	27,2
Material de transporte e componentes	4,7	17,0	9,5	15,4
Complexo carnes	4,3	10,3	11,4	13,5
Açúcar	3,1	1,9	6,0	8,0
Madeiras e manufaturas de madeira	6,4	12,4	2,0	4,6
Máquinas e instrumentos mecânicos	6,1	4,7	5,4	4,5
Cereais	0,8	5,2	2,8	3,6
Produtos químicos	1,6	2,2	3,0	3,3
Papel e celulose	3,1	2,3	3,1	3,0
Outros	20,4	12,6	27,8	16,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

³ A primeira aconteceu no período 1975-1980, com a vinda da New Holland, Robert Bosch e Volvo.

Vale mencionar que o recuo da soja aconteceu sem perda de dinamismo. Ao contrário, o segmento contabilizou substancial impulsão, determinada principalmente pelas exportações direcionadas ao mercado chinês, que vem se constituindo na locomotiva do crescimento da economia mundial.

É necessário reconhecer a verificação, nesse intervalo, do encaixe institucional na ativação dos mecanismos de inclusão social e de distribuição de renda, evidenciado pela implementação de programas como *Leite das Crianças*, *Luz Fraterna*, *Tarifa Social de Água* e *Trator solidário* (reprodução do Moderfrota nacional), pela instituição do salário mínimo regional e pela adoção de medidas de cunho fiscal, como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as microempresas, desde 2003, e para uma lista de mais de 95 mil itens de consumo básico, a partir de 2009, como anteparo aos impactos da crise internacional.

Com isso, o Estado passou a acompanhar a marcha de expressiva geração de empregos formais que ocorreu no País, ainda que com reduzido grau de capacitação e remuneração, devido à forte concentração da variação positiva do contingente ocupado na faixa de rendimentos de até dois salários mínimos.

Contudo, as chances de solidificação daquelas forças de mutação foram depreciadas, a partir de 2005, a despeito dos incontáveis e incansáveis esforços empreendidos pela iniciativa privada, implicando apreciável redução do dinamismo estrutural da economia do Paraná. O peso econômico do Estado no total do Brasil fechou a década de 2000 em 6,00%, tendo exibido média de 5,92% entre 2006 e 2009.

À primeira vista a perda de embalo da base produtiva regional poderia ser atribuída à orientação macroeconômica do governo federal, que prejudicou especialmente a matriz produtiva exportadora e o agronegócio do Estado, somada ao declínio da produtividade física e rentabilidade financeira da cadeia atrelada ao rural, devido às sucessivas estiagens, aos problemas fitossanitários e à ausência de políticas federais compatíveis com o grau de risco setorial.

No entanto, uma incursão mais acurada permite anotar a combinação entre a predominância de uma relação conflituosa entre as instâncias públicas e parcela dos agentes privados e a deterioração da infraestrutura, especialmente na área de transportes, variáveis-chave para a construção de um saudável ambiente de negócios e a preservação da competitividade do Paraná na atração de projetos estratégicos.

Não por acidente, o Estado amargou perda de exportações por Paranaguá, preponderantemente de produtos do complexo soja (grão e farelo) para os portos de Santa Catarina, especialmente São Francisco do Sul. Conforme levantamento da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a participação de Paranaguá no volume total de vendas externas das mercadorias produzidas no Paraná caiu de 89,4%, em 1996, para 82,6%, em 2003, e 75,1% em 2010. Enquanto isso, o escoamento das exportações de produtos paranaenses por São Francisco saltou de 2,6%, em 1996, para 6,6%, em 2003, e 14,8% em 2010.

Além do mais, o Paraná suprimiu produto potencial ao ser rigorosamente desprezado por grandes companhias nacionais e estrangeiras, com ênfase para as japonesas Toyota e Yokohama e a norte-americana Guardian, nas escolhas locais para a implantação de empreendimentos industriais de vulto, em favor de outros estados brasileiros, e ao ficar quase à margem dos projetos e recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Ainda no terreno das vantagens comparativas regionais, merece menção o desenho de uma marcha de incremento das despesas com o fator trabalho, imputada à coesão entre o vigor do mercado de ocupações e o alargamento das bases sindicais, o que pode ser atestado pelo maior distanciamento entre os valores

do salário mínimo regional e o nacional e o acréscimo das cifras alocadas nos programas de participação nos lucros e resultados (PLRs), acertadas entre as grandes empresas e os empregados.

Se, pelo vértice da demanda, a variação da renda dos salários ostenta pontos ativos, por constituir capacidade aquisitiva e, por extensão, mercado para a colocação de bens e serviços, pelo eixo da oferta pode retratar desvio, para cima, da curva de custos das empresas, e atrapalho adicional no acirrado certame por novos investimentos produtivos, ocorrido entre os espaços brasileiros, dentre os quais a RMC figura em 1.º lugar na variável rendimento médio mensal do pessoal ocupado.

7 PERSPECTIVAS E DESAFIOS

O desencadeamento de um processo consistente de recuperação e crescimento da contribuição da economia paranaense, na formação da renda interna brasileira, requer a congruência de componentes virtuosos, exógenos e endógenos, presentes no tecido produtivo e social do Estado, especialmente nos anos 1960, 1970 e 1990 (precisamente no segundo quinquênio, com repercussão plena nos primórdios do decênio de 2000), e ausentes desde 2005.

Parece oportuno reter que o Paraná já representou 6,82% do PIB brasileiro em 1969, 6,81% em 1975 e 6,59% em 1980, como produto acabado da revolução infraestrutural, do choque agrícola, agroindustrial e de insumos básicos, e da concretização da CIC e do estabelecimento do empreendimento da PETROBRAS, respectivamente.

Em adição, como resultado da maturação das unidades dos complexos automotivo, agroindustrial, de refino de petróleo e álcool e de madeira/papel, plantadas na segunda parte dos anos 1990, a participação do Estado no Valor da Transformação Industrial (VTI), proxy do PIB do setor secundário, no Brasil, pulou de 5,2%, em 1996, para 7,3%, em 2008, o que ensejou a obtenção da quarta colocação no ranking das economias industriais regionais a partir de 2006, suplantando o Rio Grande do Sul (tabela 3).

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI), SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - 1996/2008

UF	PARTICIPAÇÃO NO VTI NACIONAL (%)	
	1996	2008
São Paulo	49,4	37,4
Minas Gerais	9,0	11,5
Rio de Janeiro	8,7	10,6
Paraná	5,2	7,3
Rio Grande do Sul	7,7	6,6
Bahia	2,7	5,1
Santa Catarina	4,5	4,3
Amazonas	3,3	3,8
Espírito Santo	1,3	2,7
Pará	1,2	2,1
Goiás	1,1	1,9
Brasil	100,0	100,0

FONTE: IBGE

Partindo do pressuposto de existência de estreitas margens de capacidade instalada ociosa na matriz produtiva local, expressa na distância entre o PIB real e potencial, a concretização do desejo político de revisão de rota, rumo à recomposição relativa do espaço econômico regional no País, exigirá a montagem e execução de uma contemporânea amarração institucional entre as instâncias públicas e privadas atuantes nos limites geográficos do Paraná.

A congregação de esforços deverá mirar o alcance de taxas de variação do PIB superiores à média brasileira, acompanhadas de ganhos relevantes na estrutura de preços relativos regional vis-à-vis a nacional, resultado da multiplicação dos níveis de eficiência dos investimentos produtivos ou, em termos técnicos, da melhoria da relação produto/capital.

Nessa perspectiva, não bastarão o enunciado e a deflagração de iniciativas específicas, ainda que de apreciável envergadura, direcionadas à desobstrução dos gargalos, nada desprezíveis, ao funcionamento da base econômica, constituídos no transcorrer dos últimos anos, por conta das injunções da macroeconomia, da diminuição da influência e participação política do Estado na órbita federal e do descaso com a recuperação, aprimoramento e ampliação da infraestrutura.

A alavancagem do PIB do Paraná impõe passos largos a uma jornada de reconstrução das bases e da cultura técnica do planejamento de longo prazo no Estado, ancorada no resgate do exercício de fixação de referências futuras para as decisões presentes, esquecido por aqui no decorrer de um razoável intervalo de tempo e que deve, inevitavelmente, se despojar da peculiaridade unilateral das políticas públicas e incorporar os organismos representativos do segmento produtivo.

Dentre os potenciais participantes, revela-se imprescindível a presença de entidades como Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Sistema Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Federação do Comércio do Paraná (FECOMÉRCIO), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIAP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (SINDIMETAL) e Centrais Sindicais.

O cumprimento das tarefas requererá a ativação de elementos estruturantes, centrados na concatenação entre ações inovadoras, que permitam a sincronização regional com alguns elementos externos. Dentre eles sobressaem os projetos e recursos integrantes do estado da arte internacional e nacional, capitaneados pelos fluxos de capital privado e pelas decisões estratégicas das entidades públicas, sintetizadas nos programas do governo federal e nos planos de inversões das companhias estatais.

A ciência regional rotula esse tipo de conduta como “componentes de empuxe”, normalmente deflagrados e encaminhados pelo setor público, no afã da obtenção de verdadeiras metamorfoses em campos geográficos considerados deprimidos ou menos aquinhoados pelas benesses da industrialização, bastante concentradas no espaço, de modo a assegurar as economias de aglomeração (escala, localização e urbanização) exigidas pela microeconomia.

Dentre os exemplos notáveis brotam as pesquisas e produtos tecnológicos oferecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o cultivo de grãos no cerrado do Centro-Oeste brasileiro, a Zona Franca de Manaus e a exploração da frente mineral na região Norte, demonstrada pelas inversões da companhia Vale do Rio Doce no Maranhão e no Pará; e os empreendimentos da PETROBRAS no Nordeste.

Também teria papel de destaque a organização dos atores, em escala regionalizada, no sentido do enfrentamento e superação de situações caracterizadas por estagnação econômica e precariedade ou deterioração dos indicadores sociais, por meio da maximização das forças e experiências empreendedoras e inovadoras, em linha com o fortalecimento das vocações e o desenvolvimento de aptidões, tendo como perspectiva a avaliação das possibilidades de propagação das experiências de arranjos produtivos.

Nesse particular, a atuação pulverizada das universidades e faculdades estaduais e a estrutura e ação descentralizada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), antigo CEFET, poderão representar fontes de geração de renda e emprego, qualitativamente superiores, e de retirada de vários pontos geográficos da situação de conformismo com as diminutas chances de eliminação das condições de atraso crônico.

Na mesma linha, assumiria importância crucial o resgate das empreitadas de pressão ou de intermediação de interesses, no ambiente externo ao Estado, e a edificação negociada e a defesa de posições políticas, em favor da viabilização de bandeiras e programas compatíveis com os legítimos anseios e carências da sociedade local, como a redução do preço dos pedágios, cobrados pelas concessionárias que operam os serviços desde 1997, e o fim do passeio do ICMS da energia.

Em idêntica direção, caberia gestionar, junto à esfera federal, dois pleitos de elevada monta. O primeiro deles diz respeito à obtenção de uma espécie de indenização do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), pela transferência legal de grande parte do contingente de funcionários estaduais, regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para a categoria de estatutários, no começo dos anos 1990. Esse evento ocorreu com simultânea absorção, pela previdência do Estado, dos encargos com aposentadorias e pensões dos servidores, sem o ressarcimento das contribuições feitas ao INSS durante suas vidas laborais.

A segunda mobilização reuniria modificações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), visando à substituição do indexador da dívida dos estados. Desde a primeira renegociação, feita em 1993, a atualização dos passivos das unidades federadas junto à União é realizada com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e que apresenta elevada volatilidade em função de sua sensibilidade a choques de oferta.

As discussões e deliberações poderiam envolver desde a seleção de ramos industriais e regiões, a serem priorizados na atração de investimentos, o que poderia resultar na viabilização de empreendimentos detentores de enormes efeitos multiplicadores dinâmicos para frente e para trás na matriz econômica do Paraná, caso do aprofundamento da verticalização do agronegócio, da ampla gama de atividades de suprimento das diferentes etapas do pré-sal, da planta de polipropileno em Araucária, embrião de um polo petroquímico, e do adensamento do parque de fornecedores do complexo automotivo, dentre outros.

Presentemente, as iniciativas políticas na direção da montagem de um arranjo institucional preenchido, de forma sincronizada, por instâncias públicas e privadas atuantes no Estado, e da execução de uma cirurgia nas finanças públicas, capaz de assegurar espaços fiscais para novas inversões pesadas, com relevante participação das organizações empresariais, constituem as sementes para a restauração de um clima propício à realização de negócios no Paraná.

Mais que isso, essas ações representam uma mutação de posturas e atitudes que deve contribuir, de forma relevante, para a reconquista dos ingredientes de crescimento econômico sustentado, com maior grau de interiorização e inclusão social.

Para tanto, é crucial que o Estado volte a coordenar, induzir e fomentar, em sintonia fina com os reparos e adequações em curso na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), do governo federal, e com as brechas abertas para aporte de recursos, em programas de retorno privado e social, pelas entidades multilaterais de crédito, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Porém, é prudente reconhecer que, se o governo não atrapalhar, já será um avanço.

REFERÊNCIAS

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Sindecon, 2003. 174p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia paranaense: fatores de mudança e entraves ao desenvolvimento**. Curitiba: Sindecon, 2007. 140p.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n.87, p.31-52, jan./abr. 1996.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.82, p.7, maio/ago.1994.

PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. **Análise da economia paranaense**. S.l : PLADEP, 1961. 163p. (Estudo, 40).